

Sediciosa Buenos Aires: o complot de franceses e escravos no Rio da Prata

Seditious Buenos Aires. The plot of Frenchmen and slaves in the Rio de la Plata

Maria Verónica Secreto¹

veronica.secreto@ig.com.br

Resumo: Em 1795 os boatos e denúncias anônimas levaram a que o alcaide do Cabildo de Buenos Aires, Martín de Álzaga, acreditasse que se tramava uma conspiração antimonárquica e pró-francesa na cidade. A sublevação, segundo chegara a seus ouvidos, aconteceria na Semana Santa e incluiria os escravos, que, depois da mesma, seriam deixados em liberdade. Talvez tenha sido o fantasma de Tupac Amaru, o da Revolução Francesa, ou da Haitiana que despertou esta desconfiança. Em 1794 a Convenção Nacional tinha abolido a escravidão nas colônias. O Império Espanhol de final do século XVIII e do início do XIX era povoado de conspirações, complots, suspeitos, denúncias e denunciante. As autoridades coloniais acreditavam que Buenos Aires e o domínio espanhol corriam perigo e que os responsáveis por isso eram alguns moradores da cidade de origem francesa e seus escravos. Álzaga achava que eles se reuniam e brindavam em nome da “liberdade”. Nunca uma única palavra pareceu tão subversiva. E mais ainda no contexto da guerra entre a Espanha e a Convenção Francesa de 1793-1795.

Palavras-chave: conspiração, franceses, escravos, Império Espanhol.

Abstract: In 1795 the mayor of the *Cabildo* of Buenos Aires, Martín de Álzaga, believed that an antimonarchical and pro-French conspiracy was being prepared in the city. He had heard some rumors and anonymous complaints saying that the uprising would take place in the Holy Week and some slaves were taking part in the conspiracy. If the plot were successful, these slaves would be freed. Maybe it was the ghost of Tupac Amaru, or the French or the Haitian Revolution that gave rise to this suspicion. In 1794 the French National Convention had abolished slavery in the colonies. Because of this, in the late 18th and early 19th centuries the Spanish Empire was full conspiracies, complots, suspects, complaints and complainants. The colonial authorities believed that Buenos Aires and the Spanish rule were in danger and that those responsible for the menace were some Frenchmen and their slaves who lived in Buenos Aires. Álzaga thought that they used to get together and make toasts to “freedom”. Never before had a single word seemed so subversive, and it seemed even more subversive in the context of the war between Spain and the French Convention of 1793-1795.

Key words: conspiracy, Frenchmen, slaves, Spanish Empire.

¹ Professora na Universidade Federal Fluminense, Departamento de História.

“Se trata de hombres de diversas estirpes, que profesan diversas religiones y que hablan en diversos idiomas. Han tomado la extraña resolución de ser razonables. Han resuelto olvidar sus diferencias y acentuar sus afinidades” (Borges, 1996, p. 497).

“Para Semana Santa todos seremos franceses” (AGN, 1795, Sala IX, 36-1-5 Tribunales).

Introdução

Em 1795 o Alcaide de Primeiro Voto de Buenos Aires, Martín de Álzaga, acreditou ter descoberto uma conspiração a qual chamou, no inquérito que conduziu, de “sublevación intentada hacer por negros y franceses en esta capital de Buenos Ayres” (AGN, 1795, Sala IX, 36-1-5 Tribunales). Talvez tenha sido o fantasma de Tupac Amaru, o da Revolução Francesa, ou da Haitiana que despertou esta desconfiança. O Império Espanhol de final do século XVIII e do início do XIX era povoado de conspirações, complôs, suspeitos, denúncias e denunciantes. O certo é que Álzaga acreditou que Buenos Aires e as autoridades espanholas corriam perigo e que os responsáveis por isso eram alguns moradores da cidade de origem francesa e seus escravos. Álzaga achava que eles se reuniam e brindavam em nome da “liberdade”. Nunca uma única palavra pareceu tão subversiva. E mais ainda no contexto da guerra entre a Espanha e a Convenção Francesa de 1793-1795.

No processo, o alcaide capitular tentou de toda forma comprovar sua hipótese, mas os depoimentos colhidos não foram suficientes para provar sua suspeita sobre a conspiração. Apesar de nada ser provado, a maioria dos implicados foi condenada a desterro em nave de Registro para a Espanha, com exceção do ainda mais desafortunado José Díaz, que foi condenado à prisão nas ilhas Malvinas.

Álzaga ainda seria herói da reconquista de Buenos Aires, participando ativamente de sua defesa contra as invasões inglesas em 1806; em 1809 foi indiciado como conspirador em um processo que leva o sugestivo título de “processo por independência”, acusação da qual se viu absolvido pela força dos acontecimentos: a própria independência do Rio da Prata atropelou o processo que corria na justiça. Em 1812 novamente foi denunciado como um dos responsáveis por uma conspiração contra as autoridades crioulas constituídas no Triunvirato. Desta vez Álzaga foi fuzilado junto com outros condenados. No processo que o levou ao patíbulo aparece, em mais de uma oportunidade, a menção ao escravo que delatou a conjuração: “He entregado en propias manos al negro Ventura Feijoo el escudo que el E^{xmo}. Sup. Gov.^{no} le ha dispensado en premio de su fidelidad a la patria”. Em outra parte: “Se han cumplido todas las pruebas de gratitud y

estimación que V.E. ha manifestado al negro Ventura, esclavo de Valentina Feijoo, primer denunciante de la bárbara conspiración contra la patria” (AGN, 1812, sala X, 6-7-4, Conspiración de Álzaga).

Há uma certa justiça simetria entre os acontecimentos de 1795, quando Álzaga processou e interrogou os franceses e seus escravos, e os de 1812, quando o próprio Álzaga foi denunciado pelo escravo Ventura. A relação entre tais ocorrências também mostra a dinâmica política da época. Entre 1795 e 1812 passaram-se muitas coisas. As ideias de liberdade e de república deixaram de ser clandestinas, passando a ser em oficiais; as de monarquia e espanholismo deixaram de ser legais e passaram a ser antirrevolucionárias, ilegais, traidoras.

Este artigo não trata de Martín de Álzaga, a respeito do qual já se tem escrito volumosas páginas (Gandia, 1946; Willims Álzaga, 1962; Ramos Pérez, 1964; Lozier Almazán, 1998; Fernández Lalanne, 2005; Ruiz Moreno, 2004), mas sim da conspiração de escravos e franceses que teve lugar, ou que se acreditou ter lugar, em Buenos Aires em 1795.

Buenos Aires no final do século XVIII

Podemos conferir o mapa da cidade de Buenos Aires em 1782 e ver que a “mancha populacional” se concentra em torno da praça principal e sua fortaleza. As paróquias são poucas, embora abriguem mais de uma irmandade cada uma e representem uma vida confessional e social muito intensa. A população da cidade foi calculada, para aproximadamente essa data, entre 25 e 26 mil habitantes (Johnson *et al.*, 1980).

Em 1776 foi criado o vice-reino do Rio da Prata. Buenos Aires, sua capital, havia crescido demográfica e economicamente durante o século XVIII. Crescimento que tinha sido impulsionado pelo comércio legal e, sobretudo, pelo contrabando. Buenos Aires passou de periferia do Império Espanhol a lugar de certa centralidade. Também se diferenciava das demais áreas do domínio espanhol pela sua “modernidade”. Poucos títulos nobiliários, uma igreja pobre, poucos burocratas de alto escalão e o dinheiro como indicador de superioridade social (Socolow, 1978). Em suma, uma sociedade menos tradicional que as das outras áreas do Império e, portanto, mais porosa a certas adaptações.

O papel que Buenos Aires começava a ter se evidenciava pelo lugar que o comércio legal passou a ocupar. Em 1778 foi publicado o Regulamento de Livre Comércio entre Espanha e América. Buenos Aires, que até então tinha sido porto proibido, passou a estar habilitada para comerciar.

Nesse regulamento estava estabelecido que em todo porto criar-se-ia um Consulado de Comércio para atender aos litígios decorrentes das transações. Em 1785 os comerciantes de Buenos Aires haviam solicitado sua criação, que se concretizou em 1794. O comércio atacadista era desenvolvido principalmente por espanhóis, embora também houvesse um pequeno grupo de comerciantes crioulos, e um menor ainda de franceses, ocupados com a atividade (Socolow, 1978).

Em 1791 a Coroa liberou o comércio de escravos para o vice-reino. Afirma Borucki que “a crescente introdução de escravos no período do vice-reinado foi o fenômeno demográfico mais importante do Rio da Prata depois da colonização ibérica” (Borucki, 2009). Houve um crescimento demográfico geral durante o século XVIII, mas este não foi homogêneo em todos os setores. Enquanto a população de Buenos Aires cresceu entre 1778 e 1810 34%, a população escrava cresceu 101% (Borucki, 2009).

A cidade, em termos materiais, era pequena e pobre se comparada com Lima no mesmo período. Ao redor da Praça Maior, aquela a partir da qual Juan de Garay distribuiu os terrenos para os fundadores, viviam as famílias mais importantes. Se compararmos a mancha realmente ocupada em 1782 com a dos terrenos repartidos na fundação da cidade em 1583, vemos que

a urbe não se expandiu muito. O número de quarteirões continua igual. Claro que no final do XVIII há mais pessoas e também se define um perímetro de subúrbios, onde predominam os “ranchos”, os caminhos de terra – quando não enlameados – onde mora uma população “marginal”. Alguns arroios cortavam o “tecido urbano”, gerando espaços diferenciados. Em torno dos arroios, onde na época de chuvas era difícil transitar pela quantidade de poças e lama, morava a população de menos recursos econômicos.

Os âmbitos de sociabilização são as *pulperías*², as quadras de jogos, as igrejas, as barbearias e padarias. Também os *tambos*, nos quais os negros se encontravam para seus bailes, ora proibidos, ora autorizados pelas autoridades coloniais. Nestes lugares eram comentadas as notícias, criados os rumores e tecidas as fofocas.

A matéria dos comentários muitas vezes era provida pela própria leitura das ordens reais. Em março de 1793 foi apregoado com tambores um édito em que se comunicava à população que a Espanha, e também Buenos Aires, estavam em guerra contra a França. É evidente que as proibições de comentar, aderir, simpatizar com ideias da Revolução Francesa não conseguiam inibir os portenhos, pelo menos não no âmbito privado. Muito pelo contrário, em meio ao medo crescia a curiosidade.



Figura 1. Plano de la ciudad y Plaza de la Santísima Trinidad y Puerto de Santa María de Buenos Ayres, 1782.
Figure 1. Town map and garrison of Santísima Trinidad and port of Santa María de Buenos Ayres, 1782.

² “Pulpería: casa o rancho donde se vende por menor vino, aceite, grasa, yerba, azúcar, velas de sebo, caña, cigarros ordinarios. La casa en que se despachan objetos análogos pero de calidad superior se llama almacén; aunque también suele dársele el nombre de pulpería, particularmente en los pueblos de campaña” (Granada, 1890, p. 329).

Os boatos, rumores e notícias

O final do século XVIII foi um período de complots e conspirações políticas, e também, é claro, de delações. Isto se deveu – diz Demelás ao se referir ao espaço andino, podendo esta afirmação ser generalizada para todo o império espanhol – a que a ordem reinante foi massivamente questionada (Demelás, 2005, p. 43).

Durante o período que vai do final do século XVIII à consolidação dos regimes políticos instaurados depois das revoluções americanas de independência, a arena política possibilitou uma grande mobilidade. Não só uma nova classe dirigente foi criada, mas novos sujeitos políticos apareceram. Entre os usos mais originais do discurso político temos o dos grupos mais marginalizados do período colonial: índios e escravos. O caso de Ventura não foi isolado: outros escravos também buscaram os interstícios da conjuntura política e do discurso da ilustração para sair de sua situação de escravidão ou para melhorar suas condições de vida escrava. Ao lado de Ventura podemos citar muitos casos, como o da escrava Juana Bordón, que, para reforçar o critério da justiça de sua solicitação de papel de venda³, ao lado dos tradicionais argumentos de maus-tratos e castigos físicos, disse que era “escrava do europeu José Antonio Bordón prófugo a Montevideo e dona Bárbara Carabajal sua esposa.” Denunciou com estas poucas palavras o abandono pessoal e a traição política de seus senhores. Como afirmam Frega *et al.* (2005, p. 118),

sem desconhecer as experiências históricas anteriores, pode-se afirmar que a conjuntura das guerras da independência e os processos de constituição estatal na América Hispânica favoreceram o percurso de diferentes caminhos de liberdade.

Entre os motivos apresentados os autores indicam a própria crise da monarquia espanhola, que debilitou os laços de controle facilitando as fugas. Os movimentos revolucionários também requereram a transformação dos escravos em soldados, oferecendo-lhes a liberdade em troca disso; por outra parte, a retórica da “liberdade” utilizada pelas lideranças revolucionárias era apropriada pelos escravos em função de seus próprios objetivos. Mas os escravos a que nos referimos no presente artigo ainda não faziam este uso do ideário independentista, mas sim de outros, que o clima de ideias e o cotidiano da escravidão ajudavam a difundir.

Os estudos sobre as independências hispano-americanas enfatizam o papel da circulação de ideias

e notícias entre Europa e América como elemento dinamizador do processo e, neste sentido, apontam para a constituição ou efetivação de um espaço Atlântico. Em geral esta interpretação salienta a importância que as ideias da ilustração espanhola e, sobretudo, a francesa teriam tido sobre as revoluções americanas (Levene, 1956; Halperin Donghi, 1961; Guerra, 2000). Alguns historiadores são inclinados a pensar, como afirma Jaime Rodriguez, que “[o]s americanos espanhóis não necessitavam que os teóricos estrangeiros lhes proporcionassem os conceitos políticos modernos, como os direitos naturais, a liberdade, a soberania popular e o governo representativo. Fundavam suas ideias no pensamento clássico da Antiguidade, nas teorias católicas e nos escritos de uma série de pensadores espanhóis dos séculos XVI e XVII” (Rodriguez, 2007, p. 86). Com esta afirmação, Rodriguez desestima a influência francesa no processo revolucionário americano, ou pelo menos relativiza seu monopólio ideológico. Mas ainda permanece na interpretação do autor o monopólio europeu das ideias e sua circulação num único sentido, da Europa para a América.

Uma longa discussão sobre as bases ideológicas das revoluções americanas tem se desenvolvido desde os primeiros trabalhos que se ocuparam delas.

As próprias autoridades coloniais estiveram atentas a essa circulação e às potencialidades das ideias consideradas “perigosas”. No Império Espanhol, no topo da lista das notícias vindas de ultramar e consideradas suspeitas, estavam as que provinham da França e das colônias francesas (Ferrer, 2004). Em Buenos Aires, a pequena colônia de imigrantes francos passou a ser alvo de uma vigilância mais rigorosa, embora eles não tenham sido os únicos vigiados ou suspeitos. Esse clima de desconfiança predominou em várias cidades importantes do Império. As autoridades coloniais se lançaram à busca de “conspiradores”. Diz Guerra que nas investigações realizadas e nos processos abertos contra os simpatizantes da Revolução Francesa predomina a acusação de libertinagem, informações sobre tertúlias em que se comentam acontecimentos e autores franceses. Muito poucas vezes, entretanto, é demonstrada a existência de ações de propaganda, vínculos diretos com a França revolucionária ou tentativas de complots (Guerra, 2000, p. 40-41). Tal é o caso da conspiração investigada em Nova Espanha em 1794; sua diferença em relação à do Rio da Prata é que na primeira o tribunal da Inquisição teve importante papel indagatório. Quando os comissionados do vice-rei realizaram investigação para descobrir os autores de um pasquim sedicioso, acreditaram descobrir uma rede de conspiradores franceses e espanhóis. Os primeiros

³ Papel de venda: instituição do direito castelhano que permitia a um escravo mudar de senhor.

depoimentos levaram a um processo contra quase todos os franceses da capital por serem adeptos da revolução e por discutirem assuntos de Estado em tertúlias (Torres Puga, 2009, p. 286). Os acontecimentos novo-hispanos se assemelham bastante aos da busca aberta por Álzaga, mas aqueles investigados por Álzaga possuem uma originalidade: a presença escrava entre os “conspiradores”.

Somente um exame mais exaustivo poder trazer luz sobre a extensão e profundidade da propagação do ideário revolucionário Atlântico. Talvez tão importante quanto demonstrar o comprometimento ou não dos implicados com as ideias da Revolução Francesa seja descobrir até que ponto os outros acreditaram nele. O caso que agora estamos apresentando parece demonstrar que alguns grupos da sociedade acreditaram no potencial revolucionário do grupo de imigrantes franceses, bem como em suas pretensões conspiratórias e “abolicionistas”. Entre esses grupos aparecem os próprios escravos.

Quando as autoridades coloniais relaxaram, não faltou quem delatasse ou precavesse sobre os perigos imaginários ou iminentes que ameaçavam a ordem constituída. Assim, o vice-rei do Rio da Prata, Nicolás Arredondo, foi avisado do complot que os franceses e escravos tramavam para Buenos Aires:

*Si los franceses no apresas
en todo tu virreinato
serás el más insensato
y sonaras en gacetas
mira que hay distintas sectas
entre esta indigna nación
teme una sublevación
entre ellos, y los esclavos
que estos unidos y hablados
ay de ti y de tu nación.⁴*

Notícias e profecias constituíam o material dos debates nas cidades. A palavra escrita predominava, mas ainda muito próxima da oralidade. A maioria dos pasquins adota a forma de versos cantados, como foi o caso dos pasquins/canções da campanha de rumores de Tupac Amaru que antecedeu a insurreição geral (Demelás, 2005, p. 44). O caso mais emblemático talvez seja constituído pela chamada “rebelião dos pasquins”, acontecida em Arequipa em 1780, quando textos ameaçadores foram pendurados nas portas da igreja e do *cabildo*. Seus versos eram contra as autoridades da alfândega e as novas taxas e impostos. Os pasquins, para além do protagonismo que tiveram nessa rebelião, constituíram um “gênero” literário do período colonial (Rosas Lauro, 2005, p. 127-128;

Armacanqui-Tipati, 1997, p. 218). A partir de 1808 a folha impressa foi substituindo a manuscrita.

O pasquim, como define Paola Revilla Orías, é um libelo de conteúdo contestador, satírico-político, que apresenta uma queixa contra uma situação ou pessoa concreta, frequentemente uma autoridade. A autoria fala do ponto de vista coletivo. Ademais da denúncia, o panfleto traz uma proposta, um projeto de mudança, também explicitando os meios que serão utilizados para conseguir o objetivo. Outra característica destes textos é a de que costumam estar escritos em forma de versos, embora isto não seja uma característica excludente. Houve uma grande variedade de formatos que circularam, sobretudo, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX (Revilla Orías, 2009, p. 34).

O pasquim acima citado, de advertência às autoridades sobre o complot que estariam tramando franceses e escravos, vinha à luz em resposta a outro, de “manifestado apoio” aos acontecimentos da França. Talvez este último, que iniciou todo o “conflito” seja o mesmo pasquim que consta no inquérito e processo judiciais realizados por Álzaga, e que continham somente três palavras: “VIVA LA LIVERTAD”.

Os pasquins eram escritos clandestinamente e da mesma forma afixados em lugares públicos onde havia grande circulação de pessoas. Geralmente eram colados nas portas de alguns prédios durante as noites escuras, aproveitando a má iluminação das cidades coloniais. Quando as casas dos “complotados” foram revistadas, isso foi feito com cuidado especial à busca de papéis, livros e quaisquer escritos que pudessem conter os planos, ideias e fontes de inspiração subversiva.

Na casa de Santiago Antonini, após toda a revista ter sido feita sem sucesso, foi encontrado um pequeno oitavo de folha de papel entre os lençóis da cama, no qual se podia ler: “VIVA LA LIVERTAD”.

Este achado deve ter causado grande entusiasmo no Alcaide Álzaga. Mas foi um acontecimento isolado. Nas buscas posteriores não foi encontrado nenhum outro papel que pudesse comprovar o plano ou cuja leitura fosse proibida. A expectativa gerada em torno de um conjunto de cartas encontradas na quinta alugada pelo Coronel Liniers se desfez quando estas foram traduzidas e revelaram uma correspondência pessoal e administrativa entre o gerente da fábrica de processamento de carne e Liniers, e entre aquele e sua mulher.

Tanto o inquérito policial como os processos-crimes têm o objetivo de reunir provas do complot caracterizado – segundo as perguntas feitas nos interrogatórios – como antimonarquista, antiespanhol, republicano

⁴ Sublevación intentada hacer por negros y franceses en esta capital de Buenos Ayres (AGN, 1795, Sala IX, 36-1-5, Tribunales).

e abolicionista. Contudo, nas mais de 150 páginas do inquérito e nas milhares de páginas dos processos não foi possível comprovar a conspiração. As evidências são insuficientes e as sentenças dos processados se limitam à extradição. Parece uma sentença leve para quem podia ter sofrido a pena capital, mas é severa para alguém que não teve quaisquer crimes comprovados.

Tudo começou como um boato ou três palavras escritas numa oitava parte de papel.

Diz Noemí Goldman que os estudos que relacionam a difusão do conceito de Opinião Pública como novo princípio de legitimidade política à trajetória da crise do mundo atlântico colonial são relativamente novos. Este processo é acompanhado por uma nova reflexão sobre a circulação do conceito na América Hispânica, que se afasta da dicotomia tradicional/moderno e “tradicional” ou “moderno”. A abordagem proposta pelo grupo de Goldman é a da comparação da evolução semântica de “opinião pública”, sua aparição, apogeu e crise do conceito (Goldman, 2008, p. 211-245).

A primeira aproximação histórico/semântica ao conceito sugere a necessidade de adotar uma ordem cronológica que não pressupõe um desenvolvimento progressivo.

Apesar de que não haja uma verdadeira opinião pública ligada a uma esfera pública no final do século XVIII, o caso estudado nos leva a adotar a definição de François-Xavier Guerra, “opinião pública como ‘esse tribunal imaterial’ ante o qual as ideias e os homens são chamados a comparecer” (Guerra, 2002, p. 125). Os boatos e notícias que percorreram Buenos Aires nos primeiros meses de 1795 não constituiriam “opinião” porque ainda expressavam, sobretudo, valores como os de fidelidade ao rei, ou à ordem monárquica, junto com a exaltação da pátria. Mas esses boatos vão constituindo esse tribunal imaterial, no qual a aldeia passou de suspeitar dos franceses e dos escravos e de demandar da administração controle e segurança a querer pôr fim às buscas e prisões efetuadas pelo alcaide. Iniciado o processo, a calma voltou à cidade. Os escravos continuavam em seus afazeres e os franceses estavam presos. A Semana Santa chegou e passou, e nem notícias da conspiração. Como diz Exequiel César Ortega: “Todos, passados os dias de pânico, começavam a analisá-los e a rir dos temores antes engendrados como produto de um pesadelo geral” (Ortega, 1947, p. 224).

A busca pode ter começado antes, mas os interrogatórios formais iniciam com o de Juan Pedro, escravo do padeiro Luis Dumont. Foi perguntado sobre a conduta de seu amo e sobre o que tinha visto e ouvido na casa deste. Álzaga queria saber que pessoas frequentavam a casa de Luis Dumont, se elas realizavam brindes pela França ou pela liberdade, que temas discutiam, se possuíam armas, etc.

A relação entre a coletividade dos franceses e a suspeita de complot é fácil de estabelecer. Mais difícil é saber qual a origem da relação entre esta e os escravos. De qualquer forma fica claro que os negros escravos andavam falando pela cidade que, depois de que os franceses tomassem o controle, eles estariam livres. Uma das origens desta versão aparece na boca do escravo Pedro, quando diz que seu amo lhe teria prometido a liberdade depois da Semana Santa.

Os implicados

Um padeiro, um alfaiate, um sapateiro, um relojoeiro, um mordomo, um comerciante, dois cabelereiros e talvez um ou os dois propagandistas, seus escravos e os frequentadores de suas casas, todos suspeitos de conspiração, foram levados para o cárcere e colocados, incomunicáveis, em celas separadas. Seus bens foram embargados.

O processo judicial começa com a denúncia do alcaide Martín de Álzaga de que haveria notícia da compra de balas e pólvora por parte de alguns particulares, e com a declaração de Pedro, o escravo do padeiro Luis Dumont. Sabemos que o alcaide, enquanto juiz responsável pela investigação, chegou à implicação do padeiro a partir dos boatos que corriam pela cidade e dos pasquins que tinham aparecido recentemente em lugares públicos.

O escravo Pedro declarou que seu amo fazia “merendonas” às quais concorriam outros paisanos, ademais do mestre sapateiro Sustaeta e do taberneiro, conhecido como “o manco Juan”, ocasião na qual se brindava pela liberdade à moda francesa, fazendo bater as taças. Também declarou que seu senhor tinha armas em casa e que, em uma oportunidade em que foi levar uma mensagem ao francês que habitava na chácara de Liniers, este teria perguntado se ele sabia usar arma de fogo ou espada, ao que o escravo respondeu que preferia a arma de fogo porque era a que mais se utilizava na costa da Guiné, de onde ele provinha. Também declarou que poucos dias atrás seu senhor tinha tirado de casa um baú cheio de roupas e outros objetos. Neste depoimento, Pedro mencionou muitas pessoas que constituíam o rol dos acusados e as testemunhas do alcaide.

Logo depois da declaração do escravo Pedro (que prestou depoimentos dezenas de vezes subsequentemente a esta) Álzaga começou as prisões e investigação na casa dos implicados. Na casa de Luis Dumont não foi achado nenhum papel comprometedor, nem as armas mencionadas. Nesta casa, ademais, morava Antonio Gallardo, capataz da padaria e francês de nacionalidade, que também foi detido.

Do domicílio de Dumont os agentes foram à casa de uma mulher chamada Maria Reyes, que morava perto, e era frequentada pelo padeiro francês. Nesta casa humilde

encontraram dois baús e, apesar das primeiras negativas de Maria Reyes, esta terminou por admitir que os baús pertenciam a Dumont. Assim, estes foram remetidos para o juizado junto com a mulher.

Na mesma noite se dirigiram à casa de Juan Polívio, que morava ao lado da Igreja da Conceição, e ali encontraram uma escopeta, pólvora e balas. Naquela mesma noite, já amanhecendo, foram à casa do relojoeiro Santiago Antonino. Depois de revistar a casa buscando alguma prova, foi achado entre os lençóis da cama um papel que dizia “Viva la Libertad” e que se constituiu na prova principal do alcaide Alzaga, sendo também justificativa para aplicar tormentos ao infeliz acusado.

Quando o oficial chegou ao cabildo, com o suspeito e a oitava de papel, anota o escrevente que o alcaide Martín de Alzaga tirou de seu próprio bolso um papel de tamanho, escrita e letra semelhantes, com uma única diferença, a marca de lacre que tinha o que estava em poder do alcaide, evidenciando que tinha sido tirado de um local de fixação, embora no depoimento dos dois soldados que fizeram a descoberta e a prisão essa diferença apareça invertida: a oitava de papel com lacre seria a achada no quarto de Antonini, o que demonstraria que o papel estava grudado em algum lugar quando ele o pegou e não que ele estava preparando um pasquim para colar em lugar público.

Entre a noite de 8 de março e a manhã seguinte foram realizadas várias prisões. Os dias que se seguiram foram de incerteza para os habitantes de Buenos Aires, mas sobretudo para a coletividade francesa.

Também foi chamado a depor outro dos escravos que trabalhava para Dumont, Juan, que era alugado. Declarou ter escutado Pedro dizer que o senhor lhe tinha prometido a liberdade para depois da Semana Santa. Esta última declaração de Juan fez com que Pedro fosse chamado novamente a depor, e este ampliou o que sabia da revolta. Disse que Gallardo dissera que o levante deveria ser na Sexta-Feira Santa, porque nesse dia os soldados andariam com as armas para baixo e descarregadas, razão pela qual seria fácil ganhar o forte no qual obteriam mais armas e munições.

Outro dos processados foi o sapateiro Sustaeta, que reafirmou a existência das reuniões e conversas. Sustaeta declarou que, motivado pelos boatos de alguns meses, Dumont tinha realizado um testamento e nomeado seu curador.

O próximo chamado a depor foi Juan Antonio Ba-liño. Este tinha recebido, 18 dias antes, uns livros de contas e duas pistolas de Dumont, junto com a recomendação de que, se ele fosse expulso, entregasse esses papéis para Sustaeta poder realizar as cobranças. A lista de devedores nomeia 22 indivíduos que deviam em conjunto 1.132 pesos. Eles podem ser alguns dos espalhadores dos boatos.

Foram abertos processos separados para Díaz, Barbarin, Bloud, Bori e Borienne. Estes dois últimos haviam sido enviados pelas autoridades coloniais de Lima e Montevideú, respectivamente.

As perguntas que guiaram os interrogatórios do alcaide não conseguiram confirmar suas conjecturas nos dez meses em que os acusados foram investigados enquanto permaneciam no calabouço do presídio de Buenos Aires. As perguntas que nortearam a investigação partiam do pressuposto de que Dumont e outros franceses, ademais de um par de piemonteses, se reuniam e brindavam pela liberdade; de que a suposta promessa de liberdade para seu escravo Pedro significava uma recompensa por participar na revolta que estavam planejando; que faziam comentários sobre as notícias chegadas da França, o que os convertia em republicanos, regicidas e abolicionistas. Tudo cobrava uma dimensão desmesurada. As duas pistolas, a escopeta e a arma branca que Dumont tinha no quarto eram as armas que seriam utilizadas na revolta. As poucas libras de pólvora que Polívio tinha comprado dias antes de sua prisão eram parte da munição que seria utilizada também na mesma. Qualquer desmentido dos acusados das suposições do alcaide tornava-os ainda mais suspeitos e levava o juiz à demanda de sinceridade. Negativas triviais complicavam cada vez mais os acusados. As acareações constantes entre os acusados e o escravo Pedro desgastavam os acusados e convenciam cada vez mais o alcaide de que os réus tinham alguma coisa para esconder e de que o plano era tão bom que era difícil de descobrir.

O escravo Pedro e os outros

Os escravos podiam depor contra seus senhores em caso de delito de lesa-majestade. Pode-se ler na Curia Filipica que o denunciante é aquele que denuncia ao juiz o delito. Os proibidos de ser acusadores eram a mulher e o menor de 14 anos. Não podia acusar o liberto a quem o acusado deu a liberdade, nem filho/neto o pai ou avô. Tampouco um irmão podia acusar outro irmão e o servente ou criado seu senhor, salvo todos estes casos em delito de lesa-majestade. Os escravos também podiam apresentar queixa contra seus senhores quando estes não cumprissem com as obrigações correspondentes (Hevia Bolaños, 1825, p. 207).

A relação entre a coletividade dos franceses e a suspeita de complot é fácil de estabelecer. Mais difícil é saber qual a origem da relação entre esta e os escravos. De qualquer forma fica claro que alguns escravos andavam falando na cidade que, depois de que os franceses tomassem o controle, eles estariam livres. Uma das origens desta versão aparece na boca do escravo Pedro quando diz que seu amo teria prometido lhe prometido a liberdade

depois da Semana Santa, tendo implícito o rumor que corria a cidade de que a revolta estaria marcada para a Semana Santa.

Os negros e escravos ameaçavam solapadamente e não tão discretamente os brancos e seus senhores. O calafate Antonio Andrade declarou que, estando a trabalhar na construção de um bote, perguntou ao escravo de Dom Jacinto Albariño pelo almoço, ameaçando-o denunciá-lo junto a seu senhor pela demora. O escravo respondeu que, quando chegassem os franceses, todos veriam o que aconteceria. Perguntado de onde viriam os franceses, o escravo respondeu que seriam “os daí mesmo”, que estavam combinados com os negros para realizar uma sublevação na sexta-feira da Semana Santa. Parecida foi a reação do escravo de São Francisco (identificado no processo por sua pertença a uma irmandade), cujo nome não aparece no processo, mas do qual podemos saber através do testemunho do negro Gervácio, peão da alfândega. Este último diz que, estando na *pulperia* o mulato Martín com outro mais, chegou esse de São Francisco e, apoiando-se no balcão, disse que “agora os *criollitos* daqui e os espanhóis veriam que os faremos suxar nós e os franceses”. Após terem pedido que ele não falasse assim, o negro de São Francisco bateu nele com um pau que levava, e na rua foi agarrado por outros que o esperavam, os quais foram reconhecidos pelo taberneiro como sendo todos de São Francisco.

Também a escrava Pascuala teria dito em presença de sua senhora que “iam vê-la vestida com luxo”.

Os boatos sobre a participação dos escravos tinham várias origens.

Barbarin era um pequeno comerciante, dono de um armazém, que servia como síndico na confraria de São Benedito de Palermo e era o único dos implicados que não pertencia ao círculo dos que frequentavam a casa de Dumont. Sua função na irmandade era recolher as esmolas que traziam os irmãos negros empregados para este fim. O síndico devia prestar mensalmente conta desse dinheiro. Até o ano em questão, 1795, diz uma testemunha, Juan Barbarin não tinha tido nenhum problema na confraria, mas nesse ano, quando a junta quis destituir o mordomo por não cumprir com as obrigações, o síndico demonstrou inclinação pelo “voto dos negros”. Segundo esta testemunha, este teria sido o motivo pelo qual Barbarin queria deixar seu lugar na confraria, voltando e ocupando-o interinamente à espera de um substituto. Pouco depois este teria ido falar com o padre e dito que sua renúncia se devia a que as pessoas andavam dizendo que, como sua casa era constantemente frequentada pelos escravos, ele queria sublevá-los.

Também o tratamento que Barbarin dispensava a seu escravo parecia suspeito para o alcaide, que por isso chamou o escravo para prestar declarações. As perguntas

giraram em torno de alguns comportamentos que, aos olhos do investigador, pareciam suspeitos: como era tratado por seu senhor; se em casa deste havia aprendido a ler; se tinha um professor para isto; se lia gazetas com novidades da Espanha; se o senhor lhe tinha prometido a liberdade para algum momento. Todas as perguntas demonstram que o alcaide estava bem informado. As fofocas tinham funcionado nos últimos meses como “inteligência de estado”. Manuel, o escravo, disse que era oriundo da América Inglesa, que estava aprendendo a ler com um professor que Barbarin tinha contratado por 4 pesos mensais, que seu senhor o tratava com amor, e lhe dava de vestir e comer bem, e que seu senhor tinha-lhe prometido a liberdade em caso de morrer ou ir para a Espanha; que os outros franceses não frequentavam sua casa, nem Barbarin ia em casa de ninguém, que seu senhor sabia das notícias por ler as gazetas, mas que não emprestava estas últimas para ninguém.

A cidade, como já dissemos, era pequena, e todo movimento era registrado pelos olhos curiosos de quem não tinha nada melhor que fazer. Assim, Dona Josefa Saravá declarou que fazia uns quatro ou cinco meses que Barbarin frequentava sua rua, agregando que fazia isso a qualquer hora do dia, saindo da cidade pela Rua da Concepción acompanhado por seu escravo. Apesar de Barbarin ter explicado suas saídas por estar em sociedade com um fulano que morava para essas bandas, com que estava fabricando pentes de osso, o alcaide, como a senhora curiosa, preferiu ver essas saídas como parte do plano de conspiração.

A cidade inteira falava de “escravos e franceses”.

Uma comunidade de leitores

Além dos papéis que foram encontrados na casa em que Bloud habitava, a busca trouxe à luz a existência de uma rede de circulação de impressos sobre a qual o estado não tinha controle, apesar de se propor a isso. Por exemplo, quando chegaram as gazetas com as notícias da morte de Luiz XVI, Barbarin, junto com dois outros sujeitos, um chamado Bédia e outro Juan Martín Carreto, comprou um “pacote” delas. Uma das testemunhas declarou que, fazendo eventualmente um trabalho na casa do padeiro de origem francesa, Griman, o peão de padaria, lhe contou que seu patrão tinha jogado ao fogo dois livros novos. Essa versão foi corroborada pelo próprio Griman, que disse que um dos livros era proibido – o de Voltaire – e o outro, um livro sobre como armazenar licores, mas que foi queimado por estar escrito em francês (AGN, 1795, sala IX, 36-1-5, Tribunales).

Mas o que mais incomodava o alcaide, além das “mentiras” e negativas de seus declarantes, era que as

notícias da Espanha e da guerra entre França e aquela andassem de boca em boca pela cidade. O alcaide perguntou a um dos interrogados de onde e quando tinha recebido a notícia da retomada de Toulon (retomada que mereceu um brinde na casa de Dumont).

Depois da morte de Luiz XVI, Espanha, Inglaterra, Sardenha, Nápoles, Áustria, Prússia e os Países Baixos fizeram uma aliança contra a França republicana. Na França a Convenção tinha seus inimigos, e Toulon se constituía num bastião dos monarquistas. Napoleão sitiou Toulon, que resistiu durante alguns meses. A notícia de sua queda alegrou os franceses residentes em Buenos Aires, e isto era intolerável para o alcaide Martín de Álzaga. Mas tão revoltante como o fato de terem comemorado e brindado pela retomada de Toulon era que a chegada dessa notícia revelava que os “republicanos” tinham alguma via de acesso às notícias que Álzaga não conhecia.

Borienne disse que escutou a notícia da boca de um oficial do alfaiate Andrés, que mostrou uma carta recebida da Espanha. Mas Álzaga não se satisfaz com essa resposta. Argumenta, porque o interrogatório no Antigo Regime permite esta modalidade, que seu interrogado estava faltando à verdade, desprezando o julgamento realizado, ocultando o modo e os sujeitos pelos quais obteve a notícia, pois, quando ele comunicou a notícia a seu conterrâneo Bori, o correio da Espanha ainda não tinha chegado. Disse também que sabia que, na época, contou da reconquista de Toulon a Dumont, ocasião em que este teria oferecido vinho a seus peões.

A comunidade de franceses estava constituindo uma “opinião pública”. Comentava as notícias chegadas da França, emprestando as gazetas uns aos outros, talvez algum manuscrito. Quando Bloud foi detido, no mês de fevereiro, no início da investigação, foi descoberto jogando alguns papéis no “lugar comum”. Quanto a Borienne, este parece ser mais um propagandista. Originário de Ruão, antes de chegar a Buenos Aires, passou por Bourdeux, Paris, Londres, Philadelphia⁵, Charleston, Caiena, Cabo Francês, Cuba, México, Lima. Declarou que em todos os lugares trabalhou como cabelereiro, ofício igual ao de seus paisanos Bori e Vicente Lulié, este último processado na Nova Espanha em 1794. Diz Jorge Maria Garcia Laguardia que nos últimos anos da colônia o estilo francês esteve na moda, sobretudo nos estratos altos da sociedade. “Cada família rica tinha seu cozinheiro francês e as senhoras elegantes não podiam prescindir de seu cabelereiro francês” (Garcia Laguardia, 1994, p. 39-40). Muitos oficiais tomavam esses cabelereiros como valetes ou secretários. Foi o caso de Bori e Borienne, que serviram nas casas de

destacados funcionários em Lima antes de chegarem a Buenos Aires.

Curiosamente, a prisão de Borienne foi realizada em Montevidéu, de onde pretendia partir para Londres. Em 1794 tinha sido investigado em Lima, porque seu nome foi revelado por um dos prisioneiros dos calabouços de Valdívia como um dos “mediadores” que providenciava papéis que eram enviados da Convenção. Borienne disse que conheceu o detido Alzamora em Lima, onde lhe deu para traduzir o discurso de Luiz XVI à Assembleia, mas que ele nessa tradução só desempenhou o papel de mediador entre o interessado em ter o texto em espanhol, o sobrinho do vice-rei, e Alzamora, o tradutor.

Sentença e conclusão

Do México a Buenos Aires surgem ante os olhos das autoridades espanholas conspiradores, “assembleístas”, regicidas.

O fiscal, depois de 11 meses de prisão e interrogatórios, considerou que o fato de os acusados frequentarem a casa de Dumont e de comentarem notícias da França não constituía prova de conspiração.

A Real Audiência confirmou a inocência dos acusados no crime de conspiração, mas de qualquer forma foram sentenciados a arcar com os custos do processo e, por serem estrangeiros, à pena de desterro. Deveriam aguardar o próximo Navio de Registro para serem deportados para a Espanha.

Depois da sentença, um dos processados, o cabelereiro Borienne, ainda se apresentou declarando que depois de 11 meses de prisão ficou na miséria, tendo que pagar por sua hospitalização, ainda que esta tivesse sido na qualidade de prisioneiro. Solicitou que lhe devolvessem os documentos e 2 pesos que carregava consigo quando foi preso. Com esse dinheiro pretendia comprar sapatos, já que estava descalço. A investigação não trouxe glória para ninguém. No final do processo, Álzaga era motivo de burlas na cidade.

Não se sabe ao certo se a sentença foi cumprida; naquela época a Espanha tinha grandes dificuldades para manter comunicação com Buenos Aires. O grupo de franceses, Juan Barbarin, Carlos José Bloud, Juan Borienne, Luis Dumont, Juan Antonio Gallardo e outros aparecem no recenseamento realizado em Buenos Aires em 1807, na qualidade de antigos moradores.

Provavelmente mais de um vizinho deve ter sentido vergonha de olhar para a cara daqueles que, depois de denunciados e investigados, foram declarados inocentes.

⁵ Em Filadélfia foi publicado em 1793 “El desengaño del hombre”, de James Philip Puglia, que criticava o sistema monárquico e os monarcas espanhóis. Teve grande circulação no México e em outros lugares do Império Espanhol por esses anos.

Referências

- ARMACANQUI-TIPATI, E. 1997. Colonial Literature: Peru. In: V. SMITH, *Encyclopedia of Latin American Literature*. London/Chicago, Fitzroy Dearborn, p. 212-218.
- ARCHIVO GENERAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (AGN). 1795. Sala IX, 36-1-5 Tribunales.
- ARCHIVO GENERAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (AGN). 1812. Sala X, 6-7-4. Conspiración de Álzaga.
- BORUCKI, A. 2009. El tráfico de esclavos en el Virreinato del Río de la Plata, 1777-1812: redes trans-imperiales y guerra atlántica. Mimeo.
- DEMÉLAS, M. 2005. *La invención política*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 659 p.
- FERNÁNDEZ LALANNE, P. 2005. *Los Álzaga y sus épocas*. Buenos Aires, Fernández Lalanne, 568.
- FERRER, A. 2004. Cuba en la sombra de Haití: noticias, sociedad, esclavitud. In: G. GARCÍA, *El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid, CSIC, p. 179-231. (Col. Tierra Nueva e Cielo Nuevo).
- FREGA, A.; BORUCKI, A.; CHAGAS, N.; STALLA, N. 2005. Esclavitud y abolición en el Río de la Plata en tiempos de revolución y república. In: MEMORIAS DEL SIMPOSIO: LA RUTA DEL ESCLAVO EN EL RÍO DE LA PLATA: SU HISTORIA Y SUS CONSECUENCIAS, Montevideo, UNESCO, p. 117-151.
- GANDIA, E. de. 1946. *Martín de Álzaga: precursor de la independencia argentina*. Buenos Aires, Instituto Popular de Conferencias, 780 p.
- GARCIA LAGUARDIA, J. 1994. *Centroamérica y las Cortes de Cádiz*. México, Fondo de Cultura Económica, 252 p.
- GOLDMAN, N. 2008. Legitimidad y deliberación: el concepto de opinión pública en Iberoamérica, 1750-1850. *Anuario de Historia de América Latina*, 45:221-243.
- GRANADA, D. 1890. *Vocabulario rioplatense razonado*. Montevideo, Imprenta Rural, 409 p.
- GUERRA, F. 2000. *Modernidad e independencias*. México, FCE, 407 p.
- GUERRA, F-X. 2002. El escrito de la revolución y la revolución del escrito: información, propaganda y opinión en el mundo Hispánico (1808-1814). In: M. TERÁN, J.A. SERRANO (eds.), *Las guerras de la independencia en la América Española*. Michoacán, El Colegio de Michoacán/Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo/CONACULTA-INAH, p. 125-148.
- HALPERIN DONGHI, T. 1961. *Tradición política española e ideología de Mayo*. Buenos Aires, Eudeba, 180 p.
- HEVIA BOLAÑOS, J. 1825. *Curia Filipica*. Primero y Segundo Tomo. Madrid, Imprenta de la Real Compañía de Madrid, 612 p.
- JOHNSON, L.; SOCOLOW, S. M.; SEIBERT, S. 1980. Población y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Económico*, 20(79):329-349. <http://dx.doi.org/10.2307/3466434>
- LEVENE, R. 1956. *El mundo de las ideas y la revolución hispanoamericana de 1810*. Santiago de Chile, Editorial Jurídica de Chile, 324 p. (Colección de Estudios Jurídicos y Sociales, 46).
- LOZIER ALMAZÁN, B. 1998. *Martín de Álzaga: historia de una trágica ambición*. Buenos Aires, Editorial Ciudad Argentina, 278 p.
- ORTEGA, E. C. 1947. *El complot colonial: 1795: año de procesos, tortura y brindis por la libertad*. Buenos Aires, Ayacucho, 238 p.
- PUGLIA, J. P. 1822. *El desengaño del hombre*. Filadelfia, H.C. Carey e I. Lea., 257 p.
- RAMOS PÉREZ, D. 1964. Álzaga, Linier y Elío en el motín de Buenos Aires del primero de enero de 1809. *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, XXI:480-580.
- REVILLA ORÍAS, P. 2009. Pasquines reformistas, pasquines sediciosos: aquellas hojas volanderas en Charcas (siglos XVIII-XIX). *Ciencia y Cultura*, 22-23:33-43.
- RODRÍGUEZ, J. 2007. La organización política de los Estados. In: J. VÁZQUEZ; M. MIÑO GRIJALVA, *La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Barcelona, UNESCO, p. 85-110.
- ROSAS LAURO, C. 2005. *El miedo en el Perú: siglos XVI al XX*. Lima, Fondo Editorial PUCP, 285 p.
- RUIZ MORENO, I. 2004. *Álzaga: el incomprendido*. Buenos Aires, Jockey Club, p. 219-132.
- SOCOLOW, S. 1978. La burguesía comercial de Buenos Aires en el siglo XVIII. *Desarrollo Económico*, 18(70):205-216. <http://dx.doi.org/10.2307/3466550>
- TORRES PUGA, G. 2009. Inquisidores en pie de guerra. *Historia Mexicana*, 59(1):281-325.
- VAN YOUNG, E. 2008. Revolução e comunidades imaginadas no México. In: M. PAMPLONA; D.H. DOYLE, *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, p. 267-298.
- WILLIAMS ÁLZAGA, E. 1962. *La conspiración de Álzaga a la luz de una nueva documentación*. Buenos Aires, [s.n.], 84 p.

Submetido: 22/01/2013

Aceito: 25/02/2013

Maria Verónica Secreto
Universidade Federal Fluminense
Departamento de História
Rua Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, sala 507
24210-380, Niterói, RJ, Brasil